



***DIVERSIDADE NA UNIVERSIDADE: VIVÊNCIAS DE ESTUDANTES TRANS
NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO***

***DIVERSIDAD EN LA UNIVERSIDAD: EXPERIENCIAS DE
ESTUDIANTES TRANSGÉNERO EN EL ÁMBITO UNIVERSITARIO***

***DIVERSITY AT UNIVERSITY: EXPERIENCES OF TRANSGENDER
STUDENTS IN THE UNIVERSITY ENVIRONMENT***

Mirian Abreu de Queiroz¹

Marina Oliveira Guimarães²

Denis Alves Perdigão³

RESUMO

A pesquisa teve por objetivo investigar a percepção e vivência de discentes transgêneros no ambiente acadêmico da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Realizamos uma pesquisa de abordagem qualitativa, com coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas. Para a análise do *corpus* se utilizou a análise semântica de discurso. A pesquisa contou com a colaboração de discentes vinculados à Universidade Federal de Juiz de Fora. A pesquisa evidenciou que, embora a UFJF se apresente como espaço de inclusão e mobilidade social, ainda reflete as desigualdades e o conservadorismo da sociedade contemporânea. Concluiu-se pela necessidade de ações afirmativas concretas e sustentáveis que assegurem a plena inclusão e respeito às pessoas trans na universidade, criando um ambiente acadêmico verdadeiramente acolhedor e inclusivo.

PALAVRAS-CHAVE: universidade; pessoas transgênero; transfobia; inclusão social.

RESUMEN

La investigación tuvo como objetivo investigar la percepción y la vivencia de estudiantes transgénero en el ambiente académico de la Universidad Federal de Juiz de Fora (UFJF). Realizamos una investigación cualitativa, recogiendo datos a través de entrevistas semiestructuradas. Para analizar el corpus se utilizó el análisis semántico del discurso. La investigación contó con la colaboración de estudiantes vinculados a la Universidad Federal de Juiz de Fora. La investigación demostró que, aunque la UFJF se presenta como un espacio de inclusión y movilidad social, todavía refleja las desigualdades y el

¹ Bacharel em Administração. Universidade Federal de Juiz de Fora, Governador Valadares, MG, Brasil.

² Doutora em Estudos Feministas. Universidade Federal de Juiz de Fora, Governador Valadares, MG, Brasil.

³ Doutor em Administração. Universidade Federal de Juiz de Fora, Governador Valadares, MG, Brasil.

conservadurismo de la sociedad contemporánea. Se concluyó que existe la necesidad de acciones afirmativas concretas y sostenibles que aseguren la plena inclusión y respeto de las personas trans en las universidades, creando un ambiente académico verdaderamente acogedor e inclusivo.

PALABRAS-CLAVE: universidad; personas transgénero; transfobia; inclusión social.

ABSTRACT

The research aimed to investigate the perception and experience of transgender students in the academic environment of the Federal University of Juiz de Fora (UFJF). We carried out qualitative research, collecting data through semi-structured interviews. To analyze the corpus, semantic discourse analysis was used. The research included the collaboration of students linked to the Federal University of Juiz de Fora. The research showed that, although UFJF presents itself as a space for inclusion and social mobility, it still reflects the inequalities and conservatism of contemporary society. It was concluded that there is a need for concrete and sustainable affirmative actions that ensure full inclusion and respect for trans people at universities, creating a truly welcoming and inclusive academic environment.

KEYWORDS: university; transgender people; transphobia; social inclusion.



Pessoas transgêneros⁴ são aquelas que se identificam com um gênero diferente do sexo que lhes foi atribuído ao nascer. Atualmente, de acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2023) há cerca de 1,5 a 2 bilhões de pessoas vivendo sob regimes de autoidentificação mundo afora. No Brasil, cerca de 1,9% da população adulta, aproximadamente 4 milhões de pessoas, é transgênero e não binário (Érika Farias, 2023). Esse dado sublinha a necessidade de medidas que garantam o acolhimento dessas pessoas em diversos contextos sociais, incluindo o universitário. Os desafios enfrentados por pessoas trans no ambiente educacional são inúmeros, desde questões práticas, como o uso de banheiros, até o tratamento por parte de colegas, docentes e demais servidores.

Dados alarmantes revelam a baixa representatividade de pessoas trans e alta taxa de evasão nas instituições de ensino. Pela pesquisa publicada pela ANTRA (2022), 72% das pessoas travestis e transexuais não concluíram o ensino médio e apenas 0,02% estão nas universidades (Bruna Benevides; Sayonara Nogueira, 2021, p. 43).

⁴ Neste artigo, com a finalidade de evitar repetições ao longo do texto, o termo “pessoas trans” será utilizado como “guarda-chuva” para identidades que expressam inconformidade com identidades fixas definidas socialmente no nascimento, podendo englobar uma diversidade de modos de identidade como transexuais, travestis, transgêneros, não binárias e etc.

Em outra pesquisa, desta vez realizada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes, 2019), constatou-se que o número de pessoas transgêneros matriculadas no ensino superior em instituições públicas era de apenas 0,2% de todas as matrículas.

Ainda que, nos últimos anos, alguns programas governamentais voltados a segmentos mais amplos beneficiem também pessoas trans, como os programas de incentivo à educação, é evidente a ausência de programas específicos de acesso à universidade para população trans e a carência de políticas que garantam a permanência dessas pessoas nas universidades (Fausto Scote; Marcos Roberto Garcia, 2020). O direito à educação, desta forma, muitas vezes, lhes é negado. Entretanto, este pode representar uma das poucas oportunidades de visibilidade, empregabilidade e ascensão cultural, social e econômica dessas pessoas (Scote; Garcia, 2020), especialmente se for feita uma avaliação de classe social.

Estudos comprovam as barreiras estruturais e sociais que dificultam o acesso e permanência dessas pessoas nas instituições de ensino, bem como a falta de políticas inclusivas que agravam essa realidade preocupante (Luma Andrade, 2012; Scote; Garcia, 2009). As poucas políticas de integração educacional existentes vêm sofrendo retrocessos desde 2014. Exemplo disso foi a retirada de discussões envolvendo a diversidade e igualdade de gênero de diversos planos estaduais e municipais de educação comprometendo a alocação de recursos para debates sobre o tema nas escolas. Essa exclusão e outras tantas políticas anti-gênero têm um impacto negativo no debate sobre inclusão de pessoas trans dentro e fora do ambiente escolar e das violências por elas sofridas (Scote; Garcia, 2020).

Algumas Instituições de Ensino Superior (IES) vêm adotando políticas afirmativas, como a reserva de vagas para pessoas trans como “cotas trans”, que contribuem para a ampliação da representatividade e a redução das barreiras ao ingresso no ensino superior (Sara York, 2020). Essas são políticas que, no entanto, dependem da vontade política das instituições, uma vez que não há legislações específicas que normatizem a implementação. Embora tenha gerado alguns avanços, o tema das cotas trans também tem provocado reações contrárias, especialmente no contexto de ascensão do conservadorismo, que defende uma agenda anti-gênero (York, 2020).

No caso da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), a instituição não integra a lista de universidades que adotam a política de reserva de vagas para pessoas trans, o

que destaca a importância de debates e reflexões sobre o tema nesse contexto universitário, que é o estudado por esse trabalho.

Muitos dos trabalhos que envolvem a temática de pessoas trans no contexto escolar, focam em direitos mais amplos como políticas públicas, projetos de leis e ações sociais de visibilidade. Poucos são os estudos que abordam o tema a partir da perspectiva das próprias pessoas trans, como objetiva este artigo. Dessa forma, a pesquisa teve por objetivo investigar a percepção e vivência de discentes transgêneros no ambiente acadêmico da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Como salienta Dani Balbi (2021) o acesso à universidade não deve ser encarado como um fim em si mesmo. Segundo a autora, a universidade “deveria ser um espaço de contestação e transformação, capaz de questionar os padrões impostos pela sociedade e abrir caminhos para as experiências plurais que compõem o tecido social” (Balbi, 2021). Contudo, ela frequentemente, assim como muitas outras instituições sociais, permanece presa às estruturas que excluem ou invisibilizam trajetórias marginais, como as de pessoas trans. Essa realidade corrobora a perspectiva de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (2012, 2014) de que os sistemas de ensino atuam na manutenção das desigualdades sociais ao reproduzir os mecanismos que as produzem, sendo necessário reformá-los. Nesse mesmo sentido, Balbi defende que a presença trans deve desestabilizar a normatividade, promovendo mudanças profundas e transformando a universidade em um espaço verdadeiramente inclusivo.

Registrar e valorizar essas narrativas vai além de simplesmente documentar vivências. Ao compartilhar suas histórias, as pessoas trans expandem as possibilidades de identidades de gênero, criando espaço para que novas experiências sejam reconhecidas, vividas e legitimadas. Essas narrativas não apenas desafiam preconceitos, mas também contribuem para a transformação de espaços como a universidade, possibilitando que ela se repense e possa tornar-se um ambiente mais inclusivo e acolhedor. Registrar e valorizar essas trajetórias é, portanto, um passo para avançar no reconhecimento das diversidades e avançar em direção a uma sociedade mais justa.

O caminho para se conseguir alcançar esse cenário de inclusão na universidade ainda é longo, sendo que as pessoas entrevistadas neste trabalho representam uma pequena minoria da população trans que conseguiu alcançar os espaços acadêmicos de nível superior em uma universidade pública. Mas, como dito, a existência dessas pessoas nos espaços institucionais de ensino superior, por si só, serve como um mecanismo de resistência perante a norma cisheteronormativa que impera nesse espaço social. São

peças que resistiram aos preconceitos e discriminações acarretados por sua expressão de gênero no espaço universitário e contam como foram algumas de suas experiências.

De modo mais amplo, o artigo pretende contribuir para as discussões sobre a inclusão de pessoas trans no ambiente universitário, promovendo a conscientização sobre essas questões e destacando a importância da visibilidade e representatividade desses indivíduos em todos os setores da sociedade. Ao abordar essa temática, espera-se fomentar um ambiente universitário mais inclusivo, diverso e respeitoso com a pluralidade de identidades de gênero.

Será utilizada uma linguagem não binária (LNB), objetivando o respeito às pessoas trans não binárias e o uso de seus pronomes. A linguagem não binária visa romper com o binarismo imposto pela língua portuguesa, buscando a desconstrução de gênero nas formas falada e escrita (Heliton Lau, 2017). O pronome “elu” será adotado como um pronome neutro como forma de respeito às pessoas entrevistadas, bem como um ato político de protesto pela construção social de uma linguagem mais inclusiva no nosso idioma (Lau, 2017).

Procedimentos Metodológicos

Para atender ao objetivo da pesquisa realizou-se uma pesquisa qualitativa. A pesquisa qualitativa permite que os fenômenos sociais sejam interpretados e analisados à luz do contexto, do tempo, dos fatos e análise de todas as interferências (Maria Michel, 2015). Não se pode desconsiderar que os fatos sociais são investidos de significados por parte dos agentes sociais, de forma que sua interpretação não pode ficar reduzida, conforme Michel (2015, p. 40) "a quantificações frias e descontextualizadas da realidade". Ainda segundo essa autora, a pesquisa qualitativa é a que possui competência para identificar e analisar, em profundidade, informações não mensuráveis, como as percepções, os sentimentos, os pensamentos, as sensações, os comportamentos, as intenções, as experiências e vivências, entre outras (Michel, 2015).

Dessa forma, corroboramos o pensamento de Pedro Lincoln C. L. de Mattos (2011) quanto à inadequação da pesquisa qualitativa a generalizações típicas do paradigma positivista calcado no método indutivo. A pesquisa qualitativa apoia-se na lógica dedutiva, por uma rede de raciocínios onde os conceitos se articulam, se apoiam e produzem evidências (Mattos, 2011). “O esforço da análise se aplica menos à experiência imediata e mais ao conceito que a reconstrói interpretativamente” (Mattos, 2011, p. 464).

A pesquisa caracteriza-se como exploratória. Conforme José Matias-Pereira (2019), esse tipo de pesquisa visa proporcionar maior familiaridade com o problema em pesquisa, aprofundando os conhecimentos em torno do mesmo, no intuito de torná-lo mais explícito e de se construir novas hipóteses que favoreçam sua compreensão.

Para a coleta de dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas. Como estratégia para acesso ao grupo de interesse da pesquisa, optou-se por recorrer a listagem de discentes da UFJF que requisitaram o registro e uso de nome social na instituição. O acesso aos dados se deu por meio de pedido formal junto à instituição, após registro da pesquisa e devida autorização da mesma junto ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP-UFJF). De posse da listagem, foram feitos contatos por meio do aplicativo Whatsapp, onde os pesquisadores realizaram o convite para a participação na pesquisa e deram as primeiras explicações sobre a mesma. Das vinte (20) pessoas listadas, cinco (5) estavam com os dados de contato desatualizados, não sendo possível contatá-las. Dos quinze (15) convites de participação enviados pelo Whatsapp, oito (8) não foram respondidos e dois (2) foram declinados. Portanto, das pessoas convidadas, cinco (5) aceitaram participar da pesquisa.

São elus: Marun, pessoa não-binária, que prefere ser tratado por pronomes masculinos; Liniker, pessoa não-binária que gosta tanto de ser tratada com pronomes femininos quanto masculinos; Tarso, pessoa não-binária e pertencente ao espectro autista que se identifica com os pronomes masculinos; Duda, pessoa agênero/fluido que se identifica com os pronomes masculinos; Laerte, pessoa não-binária que se identifica com os pronomes masculinos. Ambas as pessoas são jovens, com idades na casa dos 20 anos. Não lhes foi perguntado sobre sua identidade racial e étnica, razão pela qual não iremos apresentar essa característica demográfica. Para preservar a identidade das pessoas entrevistadas, os seus nomes foram substituídos por nomes fictícios que respeitam sua identidade de gênero. Também optamos por não mencionar seus respectivos cursos de graduação, visto que, sendo tão poucas pessoas trans em uma universidade com mais de 20.000 discentes matriculados, não seria tão difícil identificá-los caso mais dados fossem fornecidos.

As entrevistas foram realizadas por meio do aplicativo Google Meet e foram gravadas. O conteúdo das entrevistas foi transcrito para análise. As pessoas entrevistadas receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e registraram nas gravações sua concordância verbal na participação, nos termos da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Foi utilizado um roteiro de temas básicos para as entrevistas, de forma a permitir que outros questionamentos fossem incluídos a depender do desenvolvimento de cada entrevista.

Para a análise do *corpus* se utilizou a análise semântica de discurso, que é uma abordagem teórico-metodológica vinculada à análise do discurso (AD). É importante esclarecer que a AD não é, propriamente, um método, mas um conjunto de práticas acadêmicas e teorias que dialogam, transdisciplinarmente, especialmente com a área de ciências humanas e sociais (Teun Adrianus Van Dijk, 2012). A depender dos objetivos da pesquisa e interesses dos pesquisadores e pesquisadoras, esses podem utilizar diferentes formas de estudar os discursos presentes nos atos de fala e escrita, tais como: análise lexical, análise retórica, análise semiótica, análise de narrativa, análise semântica, entre outras (Van Dijk, 2012).

A análise semântica de discurso busca compreender a construção dos discursos, seus significados e efeitos de sentido (Anderson Sousa *et al.*, 2021; Van Dijk, 2013). Para tal, realiza a interpretação dos discursos por meio do sistema linguístico e suas regras de emprego (interpretação abstrata) e pela interpretação dos usuários da linguagem (interpretação concreta) (Van Dijk, 2013), que se complementam.

A interpretação parte das sentenças e proposições de um discurso. Mas, para sermos capazes de o interpretar, de lhe atribuir significado e referência, precisamos, também, de ter o que Van Dijk (2013, p. 38) chama de “conhecimento do mundo”. No que se refere às pesquisas científicas, precisamos ter, enquanto investigadores de fenômenos sociais, um conjunto de conhecimentos que nos permitam interpretar e atribuir sentidos lógicos válidos aos discursos das pessoas que colaboram com nossas pesquisas. Para além disso, é preciso ter uma boa compreensão do contexto que permeia o discurso e seus participantes, visto que eles, também, possuem seus próprios conhecimentos do mundo, crenças, opiniões, atitudes e interesses, e esses podem variar, pois pessoas distintas podem atribuir significados diferentes a algo ou alguém que submetem à análise. Dito de outra forma, as interpretações são indissociáveis, tanto no que concerne à semântica quanto à pragmática, do seu contexto (Mattos, 2011; Van Dijk, 2013).

Ser trans: (re)conhecendo as pessoas entrevistadas

As entrevistas realizadas com as colaboradoras e colaboradores revelaram aspectos significativos sobre suas trajetórias pessoais. Durante o processo, cada

participante foi convidado a compartilhar um pouco da sua história, proporcionando um panorama sobre seus caminhos de autorreconhecimento e autoidentificação enquanto pessoas trans. Esses relatos também destacaram questões relacionadas aos relacionamentos familiares, evidenciando a importância dessas dinâmicas na constituição de suas experiências de vida. Tais fatores, por sua vez, demonstram o impacto direto em suas vivências na própria universidade.

O direito à autodeterminação de gênero emerge como uma importante questão nessas narrativas. De acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2022), esse direito abrange tanto aspectos individuais, como a liberdade de alterar o nome e o sexo por autodeclaração, quanto coletivos, como acesso a banheiros e a proteção da dignidade póstuma. Direitos esses fundamentais para assegurar que as pessoas trans vivam com dignidade e respeito.

As histórias compartilhadas ressaltam as jornadas de auto exploração, autodescoberta e aceitação da identidade de gênero. Essas trajetórias refletem como as pessoas trans se posicionam no mundo, enfrentando desafios tanto no âmbito pessoal quanto no acadêmico. Essas vivências corroboram com o que Jaqueline Gomes de Jesus (2015) descreve sobre as múltiplas formas de vivenciar e expressar a identidade de gênero, evidenciando uma diversidade de subjetividades e experiências que fogem a qualquer padrão fixo.

Conforme Jesus (2015), o que conecta essas experiências é a luta pelo reconhecimento do gênero com o qual as pessoas trans se identificam, em oposição ao gênero imposto desde o nascimento com base no sexo biológico. Essa discrepância desafia normas sociais que tradicionalmente associam o sexo biológico como única base "natural" para o gênero, o que perpetua a marginalização e a violência sofridas por essas pessoas, tratadas muitas vezes como desvios, inclusive nos ambientes universitários.

Embora muitas pessoas trans relatem ter percebido sua identidade de gênero ainda na infância (Cláudia Benedita Santos; Fernanda Karla Nascimento; Roberta Alvarenga Reis; Alexandre Saadeh; Fran Demétrio; Ivaneide Leal Ataíde Rodrigues; Sueli Aparecida Frari Galera, 2020), para outras essa fase ocorreu já na vida adulta (Mariana Silva Machado; Mariana Duarte Martins Marques; Rafael José Silva Freitas, 2022). É um processo que coincide em muitos momentos com o ingresso na universidade, fase que marca a maior autonomia das pessoas, pelo acesso a informações, pelo contato com uma maior diversidade e pela possibilidade de afirmação em um espaço mais amplo de sociabilidade, para além do familiar. Deste modo, a universidade, nesse contexto, pode

se mostrar como um espaço significativo de reconhecimento e validação, sendo um local onde as pessoas trans podem viver e afirmar suas identidades de gênero. Como aponta Sara Wagner York (2020), a universidade tem um papel central no processo de identidade, funcionando não apenas como espaço acadêmico, mas também como de afirmação.

Esse fato demonstra o caráter contraditório que a universidade possui nesse contexto. Enquanto oferece um espaço potencialmente emancipador, possibilitando a afirmação de identidades trans, ela também pode reproduzir e reforçar preconceitos, devidos a estruturas cisheteronormativas que dominam as instituições acadêmicas (Balbi, 2021). Deste modo, esse ambiente muitas vezes tensiona os processos de reconhecimento e inclusão, podendo se tornar um local de resistência e luta (Sara Wagner York, 2020), mas também de opressão e marginalização, como se verá em outros relatos.

Entre os relatos das entrevistas, Marun compartilha a memória de um episódio da sua infância que ilustra como as normas de gênero e a falta de representatividade impactaram seu processo de autorreconhecimento. Os episódios se caracterizam como unidades semânticas do discurso que objetivam, por meio de uma sequência coerente de proposições, transmitir e fazer compreender aquilo que se quer comunicar (Van Dijk, 2013).

Eu já me sentia bem perdido nessa época (...) Só que tinha uma coisa que, eu não sei, eu não me lembro muito bem, o estilo assim, eu via, eu queria usar, eu via os meninos com aquela roupa e eu queria usar aquela. (...) Porque eu sabia que menor o conhecimento que eu tinha quando eu era criança, eu já sabia que era errado, o que eu gostava, sabe? Então, gostar de menina também, eu sabia que era errado (Marun).

Esse depoimento revela como as imposições sociais moldam a experiência das pessoas trans desde a infância, criando um senso de proibição, podendo levar ao isolamento emocional. Como Viviane Vergueiro (2015) observa, pessoas trans frequentemente enfrentam a necessidade de ocultar aspectos de suas identidades em nome da sobrevivência em uma sociedade cisnormativa, o que ela denomina como "tensão entre visibilidade e invisibilidade". Esse processo é reforçado pelas imposições sociais sobre aparência, comportamento e padrões de gênero. Assim como Marun, a afirmação de Laerte no episódio relatado a seguir, sobre se esconder por uma questão de sobrevivência, também nos remete a esse processo de tensão.

Eu tinha um jeito muito diferente e era muito difícil de esconder e isso ficou muito aparente. Eu nem me entendia como trans na época, mas por mais que eu tentasse, vamos dizer assim, esconder por uma questão de sobrevivência mesmo, não era possível, né? (Laerte).

A visibilidade significa que, na maioria das vezes, essas pessoas são alvo de ridicularização e estranhamento em relação a estética, vestimenta, modo de andar e falar. Por essa razão, a invisibilidade acaba se tornando o objetivo dessa população, a fim de agir nos padrões da sociedade cis heteronormativa. Os empenhos para manter essa invisibilidade, também conhecida como passabilidade, apresentam vários desafios. Vergueiro (2015), por ser uma mulher trans, relata que enfrenta esses desafios em sua vivência pessoal. Ela diz que, em regra, as questões visuais e estéticas são envolvidas por “formas corporais, vestimentas, expressões ‘generificadas’, às quais se atribuem gêneros—, sonoras— tom, timbre, vocabulário— ou institucionais — como documentação, acesso a recursos, entre diversas outras” (Vergueiro, 2015, p. 214). São praticadas constantemente violências psicológicas, físicas e simbólicas.

Neste contexto, Jaqueline Gomes de Jesus (2015) explica que, para pessoas trans, "passar" vai além de parecer com um gênero esperado socialmente; trata-se de ser reconhecido como pertencente ao gênero com o qual se identifica. Esse reconhecimento alinha a identidade de gênero com a identidade social, permitindo que a pessoa seja assimilada como homem ou mulher, em um processo que envolve mais do que aparência, mas também aceitação e pertencimento (Jesus, 2015).

Tarso, outra pessoa entrevistada, relata os impactos psicológicos de sua trajetória de autodescobrimento:

Essa experiência que eu tive, né? De adotar um novo nome, me assumir... Eu não tinha muitas referências de pessoas trans no meu convívio. Eu estava tratando depressão e ansiedade... E aí foi uma coisa muito solitária (Tarso).

Tarso demonstra como a solidão e a falta de suporte social impactam o seu bem-estar mental, corroborando a perspectiva de Jaqueline Gomes de Jesus (2015), que aponta que a negação social e o preconceito enfrentados ao longo da vida têm efeitos profundos sobre a saúde mental e emocional de pessoas trans.

O processo de autodescoberta e afirmação de identidade são relatados, como visto, permeados por desafios que ultrapassam o âmbito individual, envolvendo dinâmicas sociais, acadêmicas e estruturais. A ausência de representatividade e as imposições

cisnormativas marcam essas trajetórias. Contudo, ao adentrar nessas narrativas, percebe-se que as relações familiares ocupam um papel central, seja como fonte de acolhimento ou, infelizmente, de conflitos e exclusões.

Deste modo, os impactos familiares demonstram a percepção das experiências vivenciadas por pessoas trans e como esses moldam outros aspectos sociais que são por elas vivenciadas. Pelas vivências das pessoas entrevistadas, é possível notar que as experiências familiares variam significativamente. Marun, por exemplo, descreve que ainda não assumiu sua sexualidade para a sua família. Tarso relata uma experiência positiva com seus familiares, enquanto Laerte descreve uma triste trajetória de violência, discriminação e rejeição.

Laerte revela a dolorosa experiência vivida em relação à sua identidade de gênero e o conflito enfrentado com sua família. A narrativa destaca a falta de compreensão, o preconceito e a violência emocional e física enfrentados por ele. Em um de seus relatos descreve que sua mãe o ameaçava:

Di Eu assim, eu fui muito ameaçado por ela, eu dormia com faca debaixo do travesseiro, já fiquei em cárcere privado e durante todo esse tempo, né? (...) Então, assim, já foi todo tipo de coisa, ela me batia, ela já tentou me enforcar e tudo mais, então foram diversas situações assim, eu nunca de fato assim me assumi, né? Eu só assim, foi algo que ficou muito aparente e ela não soube lidar, que aí iniciou todo esse processo, né? (Laerte)

Laerte afirma ainda que depois de vivenciar toda essa experiência de exclusão e de se reconhecer para a família como pessoa trans, foi expulso de casa aos quinze anos de idade. Essa expulsão reforça as barreiras enfrentadas por pessoas trans para acessar direitos básicos, incluindo moradia e educação, criando um ciclo de exclusão que impacta diretamente suas condições de vida. Como aponta Bento (2014), a rejeição e o abandono familiar, frequentemente desencadeados por processos de discriminação também escolar, aumentam a vulnerabilidade social dessas pessoas, dificultando a permanência na escola e o acesso a oportunidades básicas de subsistência.

A fala de Laerte pode servir como base para uma reflexão mais ampla sobre a importância do apoio familiar, a necessidade de educação, conscientização sobre identidade de gênero, além da urgência de proteger os direitos e a segurança das pessoas trans em ambientes familiares e sociais.

Em diversas situações e temporalidades, essas questões são capazes de definir a diferença entre o apreço enquanto ser humano e o desprezo de uma parte inerente à nossa humanidade pessoal, a identidade de gênero. Como aponta Jaqueline Gomes de Jesus (2012), o termo “transfobia” tem sido utilizado para se referir, de forma geral, a preconceitos e discriminações sofridas pelas pessoas transgênero.

Laerte afirma que “(...) a minha mãe já tentou me internar em clínica psiquiátrica, ela já me levou para psicóloga para realizar a cura gay, ela me levou pra pastora fazer uma reza em mim, entendeu?” (Laerte). A “cura gay”, citada por Laerte, é definida por Gonçalves (2019, p. 175) como um “debate público incitado inicialmente por atores sociais ditos religiosos sobre a possibilidade de reorientação da homossexualidade em direção à heterossexualidade por meio de programas psicoterapêuticos e conversão religiosa”.

A partir desse discurso, o Conselho Federal de Psicologia se posicionou e proibiu seus profissionais de compactuarem com essa proposta e de sugerir qualquer tratamento para a cura da homossexualidade, estabelecendo essa pauta na Resolução nº 1, de 22 de março de 1999, que sofreu tentativas de inutilização por diversas propostas parlamentares (Alexandre Gonçalves, 2019). Essa abordagem da “cura gay” fere os direitos humanos de indivíduos, visando reestruturar tanto a noção de direitos humanos quanto a quem esses direitos se destinam, configurando num retrocesso da humanidade, promovendo o preconceito e colocando a comunidade LGBTQIA+ à margem da sociedade.

O relato de Liniker também é importante, pois mostra que a identidade de gênero pode ser fluida e que as pessoas trans podem experimentar diferentes identidades ao longo da vida. Além disso, das dificuldades que enfrentam na obtenção de respeito em relação ao uso do nome, pelos seus familiares, que insistem, nas palavras dos entrevistados e entrevistadas, em usar seu “nome morto”.

Mas aí assim, depois que eu me identifiquei, comecei a me identificar como não binário, começou a ser mais fácil, mas infelizmente não pelas razões certas, porque foi mais porque eu mesma comecei a me abrir a performar feminilidade, então hoje em dia é muito comum você me ver usando maquiagem, usando roupas femininas e coisas assim, coisas que eu não fazia de jeito nenhum naquela época e então o assunto ficou meio esquecido, mas assim meus pais por exemplo eles ainda usam o meu nome, que a gente chama de nome morto, nome de registro” (Liniker).

Essas diferentes experiências demonstram a importância de considerar as nuances e a diversidade de vivências no contexto da identidade de gênero. Os relatos evidenciam

o impacto emocional e psicológico causado pela falta de aceitação familiar, assim como a relevância do apoio e compreensão para o bem-estar das pessoas trans.

Para além do contexto familiar, as falas nas entrevistas apresentam o papel fundamental que plataformas online tiveram em seus processos de reconhecimento como pessoas trans. Liniker, Tarso e Marun mencionaram como canais no YouTube foram essenciais na obtenção de informações e no apoio à sua identidade de gênero. Liniker relata que essas plataformas o ajudaram no entendimento de questões complexas de gênero:

Foi uma época que eu conheci...ele era youtuber...e eu me identifiquei muito, com muitas coisas que ele falava...até coisas mais complexas como disforia e tal (Liniker).

Tarso, por sua vez, detalha que os vídeos que assistia o ajudaram a descobrir e entender sobre o uso de hormônios: “Eu não sabia que podia tomar hormônio e tal, então eu ficava consumindo muito conteúdo desse tipo” (Tarso). Já Marun apresenta a plataforma como uma experiência positiva para se utilizar. Tal ferramenta online contribui como forma de expressar e interagir sua identidade de gênero: “eu adorava pesquisar... e eu era fissurado, assim, eu via vídeo, via um monte de coisa, eu me identificava com as histórias [...]” (Marun).

Embora a experiência familiar de cada pessoa entrevistada tenha sido diferente, nenhuma delas relata apoio emocional e acolhimento para lidar com o processo de reconhecimento como pessoa trans. Relatam que se sentiram apoiados e informados por meio da internet e não pelos seus familiares. Essa perspectiva sugere que as tecnologias digitais desempenham um papel relevante na promoção da inclusão e da visibilidade de diferentes identidades de gênero, permitindo que indivíduos encontrem comunidades e apoio mesmo em contextos educacionais remotos. No que se refere à semântica discursiva, os diferentes episódios relatados, apesar das particularidades individuais, guardam coerência e coesão entre si no que se refere aos processos de autorreconhecimento e autoidentificação, especialmente nas dificuldades inerentes a tais processos e na busca por soluções que os ajudem a superá-los (Van Dijk, 2013).

Ainda sobre as tecnologias digitais, Stephanie Lima e Idilva Germano (2019) discutem sobre a visibilidade “trans” nas novas mídias, principalmente no YouTube, a partir do estudo de narrativas autobiográficas veiculadas nessa plataforma por uma mulher transexual brasileira, conhecida como Mandy Candy. O texto analisa criticamente os vídeos da youtuber e destaca que esses oscilam entre entretenimento, instrução e

testemunho pessoal, de modo a conferir visibilidade à condição transexual e ajudar a reduzir estigmas e transfobia.

Para as autoras, a busca pela “passabilidade cis” é um ponto de destaque, já que os vídeos acabam por trazer um reforço aos padrões estéticos normativos de feminilidade, embora a youtuber defenda que mulheres trans que rejeitam a cirurgia de redesignação sexual continuam sendo mulheres.

Esse trabalho nos ajuda a refletir sobre a complexidade das plataformas digitais que, como se sabe, não possuem controle do que é veiculado, podendo influenciar positiva ou negativamente as experiências de pessoas trans. Isso porque, pelas entrevistas realizadas percebe-se que nos espaços familiares, mesmo quando não violentos, esses não se apresentam como locais de informação e troca de experiência.

Tendo o espaço das mídias sociais como uma das principais fontes de apoio e informação, torna-se ainda mais imprescindível que as Universidades e as diversas instituições educacionais se configurem como um local de acolhimento e suporte, e não como reforço de preconceito e transfobia.

Os relatos das entrevistas revelam não apenas os desafios enfrentados pelas pessoas trans no processo de autodescoberta, mas também as formas como encontram resistência e resiliência em suas trajetórias. A experiência de Liniker, por exemplo, ao utilizar as plataformas digitais para buscar informações e apoio, demonstra o papel potencial das mídias sociais como espaços de acolhimento e aprendizado, especialmente quando o ambiente familiar e escolar falha em oferecer suporte adequado. Contudo, como já destacado, é preciso reconhecer a ambiguidade dessas ferramentas, que tanto podem auxiliar rupturas quanto reforçar padrões normativos.

Vídeos de pessoas como Dani Balbi (2021, 2022), disponíveis online, exemplificam o impacto positivo das mídias sociais ao oferecer não apenas testemunhos pessoais inspiradores, mas também reflexões críticas sobre identidade de gênero, representatividade e políticas de inclusão. Tais conteúdos ajudam a expandir debates e promovem uma conscientização mais ampla.

Além disso, a universidade se torna cada vez mais como um espaço não apenas de formação acadêmica, mas também de afirmação identitária, podendo desempenhar um papel importante na promoção de transformações sociais inclusivas e no respeito à diversidade de gênero. Entretanto, é necessário reconhecer que, apesar de seu potencial emancipatório, a universidade ainda abriga estruturas de preconceitos que restringem e aprisionam identidades de gênero, muitas vezes contribuindo para a evasão escolar de

peças trans. Deste modo, é essencial refletir e construir estratégias que fortaleçam as instituições educacionais como espaços de acolhimento. Para tanto, é fundamental que as vivências de pessoas trans nos espaços universitários sejam ouvidas e as barreiras para o seu acolhimento e permanência digna sejam pensadas a partir de suas experiências, muitas delas baseadas em violência, como veremos no item a seguir.

A vivência universitária

Ao se falar da experiência acadêmica de pessoas trans, não se pode desconsiderar a importância de resgatar suas infâncias e adolescências. É na infância que as primeiras vivências escolares acontecem. Um período marcado por muitos conflitos e transformações nas suas expressões de gênero. Estudos comprovam que crianças transgêneros passam grande parte de seu período escolar sentindo que têm uma identidade de gênero que é diferente daquela que têm que representar (Natasha Kennedy, 2010).

Para Guacira Louro (2015, p. 82) “a sexualidade está na escola, faz parte dos sujeitos e não é algo que possa ser desligado ou algo do qual alguém possa se “despir ”. Ao mesmo tempo, são as fronteiras generificadas da escola que estão diretamente relacionadas a situações de constrangimento e violências.

A Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil, realizada em 2016, pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, por meio de um questionário envolvendo estudantes maiores de 13 anos matriculadas(os) no ensino fundamental, revelou dados alarmantes. Aproximadamente 60,2% das(os) estudantes LGBTQIA+ se sentem inseguras(os) na escola, em razão de sua orientação sexual, enquanto 42,8% se sentem inseguras(os) devido à sua expressão de gênero. Nesse contexto, identifica-se que esse espaço educacional responde de forma hostil às diferenças que não se enquadram no padrão socialmente imposto (Bianca Guizzo; Jane Felipe, 2015).

Miranda (2010) destaca que as ações de intolerância na escola podem resultar na exclusão de determinadas(os) estudantes. A discriminação é uma conduta disseminada em diversos campos da vida social, violando direitos e manifestando-se desde piadas até formas explícitas ou veladas de tratamento e exclusão. O *bullying* homofóbico, em comparação aos demais tipos de *bullying*, é mais perigoso para quem o sofre, pois há maior tolerância a esse tipo de violência no ambiente escolar. Isso dificulta ainda mais a busca por ajuda de suas vítimas. O *bullying* pode ainda estar associado a discursos morais

e religiosos, muitas vezes reforçados pela instituição de ensino quando há denúncia, resultando na revitimização da pessoa (Marcos Roberto Garcia, 2009).

O *bullying* homofóbico gera o que Caio Pedra (2020) nomeia de exclusão formativa de alunos e alunas jovens e adolescentes LGBTQIA+. Essa exclusão resulta em baixo desempenho nas notas e até mesmo na evasão escolar. Para Pedra (2020), são os ambientes escolares que produzem e alimentam discriminações, comprometendo o rendimento escolar de discentes discriminados.

Importante destacar que as pessoas entrevistadas neste trabalho representam as poucas que, mesmo depois de anos sofrendo *bullying* homofóbico durante sua trajetória educacional, resistiram a evasão escolar, chegando à universidade.

Sobre suas vivências escolares anteriores à universitária, Liniker descreve como castradora sua experiência de estudar, na adolescência, em um colégio religioso, marcado por regras rígidas relacionadas à expressão de gênero e ao uso de uniforme. Nesse ambiente, ele destaca que as restrições eram evidentes, como a proibição imposta do uso de saias e de bermudas. Essa rigidez impactou diretamente a relação de Liniker com sua aparência e autoestima.

 (...) é um colégio bem religioso de padres e tal, então a gente tinha, ele é bem mais rigoroso com coisas em questão de autoexpressão, né? E até com coisas simples assim tipo uniforme, que você tinha a camisa e se você fosse uma menina, por exemplo, você não podia usar nada além de calça jeans. Você não podia usar uma saia, não podia usar nem short. Você podia até usar bermudas, mas não short. E mesmo as pessoas que usassem bermuda, tinha gente que implicava, sabe? (Liniker).

Esse contexto reflete como a escola, historicamente, tem desempenhado um papel de reprodução de normas cisheteronormativas e binárias (Jesus, 2015). Contudo, a escola também é um espaço potencial de resistência e transformação das relações sociais. Ela também continua sendo um espaço crucial para a construção e o fortalecimento de experiências e debates de gênero que contribuem para a transformação e liberdade de pessoas trans (Scote; Garcia, 2020, York, 2020).

A trajetória de Liniker no ensino médio, desta vez em uma escola diferente daquela religiosa em que cursou o ensino fundamental, exemplifica esse potencial. Durante o primeiro ano, ele passou a "performar feminilidade" explorando roupas e acessórios que refletiam uma expressão de gênero mais feminina. Entretanto, Liniker

percebeu que ainda se sentia desconfortável e que forçava uma imagem que não correspondia a quem é.

Mas já era muito diferente do meu colégio anterior. E aí, no meu primeiro ano, eu cheguei e foi um período em que assim, até esse ponto eu diria que eu era uma pessoa com uma autoestima bem baixa assim (...), mas aí eu usava muito, tipo, só moletom. Não interessa, podia estar fazendo 30 graus, moletom e calça jeans e eu tinha muito problema com meu cabelo, que já aí já é uma outra questão de cabelo cacheado e tal, toda essa aceitação. Mas também, aí eu só botava tudo numa touca e sei lá, me sentia desconfortável em geral na minha vida, na minha aparência, em tudo, né? E aí o primeiro ano foi um ano que eu cheguei e falei, eu vou performar feminilidade, entendeu? Foi um ano em que eu resolvi que eu ia usar muitas saias e muitas coisas. Que eu tinha essa liberdade, eu podia usar coisas tipo laços e adereços no cabelo e coisas assim e sapatos coloridos e todas essas coisas. E o primeiro ano foi um ano que eu fui muito assim, usei muita saia, muita coisinha fofinha, e eu realmente falei: - eu vou performar feminilidade! (Liniker).

A ‘performance’ de Liniker, narrada no episódio transcrito acima, corrobora a teoria da representação social de Erving Goffman (2007). Esse autor, valendo-se da metáfora da ação teatral, defende que as pessoas moldam seu comportamento, representando diferentes papéis, a depender do contexto da situação social vivenciada, de forma a tentar controlar e dirigir as impressões que as outras pessoas possam ter dela (Goffman, 2007).

Já no contexto universitário, Tarso narra como sua entrada na faculdade e o contato com grupos trans foram cruciais para a sua autoidentificação enquanto pessoa trans. Esse período foi marcado por descobertas e reflexões sobre sua identidade de gênero.

Eu entrei na faculdade antes de me entender enquanto uma pessoa trans, esse processo aconteceu enquanto eu era estudante de lá. (Tarso).

Só mais tarde que eu fui ter acesso a grupos de pessoas trans para trocar ideia, né? Conversar sobre as vivências e tudo mais. E aí, nesse momento que eu estava na faculdade (...), eu me assumi trans. Comecei como homem trans, na época eu adotava essa identidade assim, não tinha muita consciência a respeito desses assuntos. Então, para mim, se eu não era uma mulher cis, eu era um homem trans. Aí fiquei nessa por um tempo, tive um apoio de um amigo, assim, que é cis, mas ele, né? (Tarso).

A trajetória de Tarso reflete a importância de espaços de apoio e diálogo, como apontado por Sara Wagner York (2000), que ressalta a relevância das redes de acolhimento na construção da identidade trans.

Assim, as experiências de Liniker e Tarso revelam não apenas os desafios enfrentados em instituições educacionais, mas também os potenciais de resistência, apoio e transformação que esses espaços podem oferecer. Essa dualidade demonstra a necessidade de políticas inclusivas que promovam o respeito à diversidade e a liberdade de expressão de gênero.

As experiências das pessoas entrevistadas, enquanto estudantes trans na universidade, demonstram como são diversos os desafios enfrentados cotidianamente, como o uso do banheiro, do restaurante universitário, e do uso de nome social, desde as instâncias administrativas às acadêmicas. Esses depoimentos fornecem uma visão abrangente sobre as experiências diversas e desafios diários enfrentados, bem como a necessidade de políticas públicas e práticas institucionais mais inclusivas e respeitadas neste ambiente acadêmico.

Um dos temas mais recorrentes nas entrevistas foi o uso do banheiro. Embora, para alguns, essa questão possa parecer tema banal ou envolto em debates morais transfóbicos, este debate é muito permeado por uma questão de segurança pública. No Brasil, país que lidera o ranking mundial de assassinato de pessoas trans (Associação Nacional de Travestis e Transexuais, 2023), o uso do banheiro pode ser uma experiência marcada por ansiedade, medo e até mesmo violência.

Diante dessa realidade, a discussão sobre o uso de banheiros torna-se uma necessidade urgente na busca por soluções que garantam a segurança das pessoas trans. E, por essa razão, é debate igualmente crucial nas universidades públicas, onde a implementação de políticas inclusivas é fundamental e pode servir como práticas pedagógicas e educativas para outras instituições e espaços sociais. Entretanto, o tema é permeado de preconceitos e debates sociais acalorados.

A primeira discussão se refere à necessidade de espaços seguros de uso de banheiros para as pessoas trans. Como já dito no início deste tópico, a discussão sobre uso de banheiros por pessoas trans versa sobre a questão da segurança a essas pessoas. Além disso, são experiências geradoras de sentimentos como ansiedade e medo. Isso fica evidenciado pelas experiências relatadas por Tarso e Laerte.

Tarso descreve a ansiedade e o desconforto que sentia ao usar o banheiro masculino devido aos olhares e julgamento de outros homens. Para evitar encontros desconfortáveis, ele buscava banheiros em locais mais afastados e vazios.

Eu demorei muito tempo para me sentir confortável para usar o banheiro masculino por causa dos olhares. Eu sempre fiquei na faculdade desde manhã até a noite (...). E aí era bem complicado porque, inevitavelmente, precisava usar o banheiro em alguma situação. (...) Sempre ia no banheiro mais afastado, assim, de todos. (...) Para não ter que encontrar ninguém nos corredores e isso era muito ruim assim, de verdade, foi muito ruim. (Tarso)

Laerte compartilha uma experiência semelhante, relatando um incidente em que foi encarado por outro homem no banheiro, que chegou a verificar se estava no local correto. Ele menciona a campanha realizada pela UFJF chamada “Libera meu xixi” que tinha o objetivo de tornar os espaços mais inclusivos, mas ainda assim, evita usar banheiros públicos sempre que possível, optando por usar o banheiro para PCD (Pessoa com Deficiência), que é uma cabine individual.

Em 2015, a UFJF lançou a campanha "Libera meu xixi" para conscientizar e respeitar o uso de banheiros por pessoas trans, após a ocupação da reitoria no movimento "Ocupa UFJF". A Diretoria de Ações Afirmativas implementou políticas para garantir que pessoas trans pudessem usar o banheiro de acordo com sua identidade de gênero, utilizando cartazes, debates e vídeos para sensibilizar a comunidade. A campanha teve grande repercussão e, infelizmente, esta foi inativada e não existem mais atualizações a respeito. Os debates decorrentes da campanha ultrapassaram a universidade, chegando à imprensa, blogs, movimentos LGBTQIA+, Câmara Municipal e igrejas. Dois incidentes se destacaram: a oposição de um aluno de medicina e uma moção de repúdio da Câmara Municipal de Juiz de Fora. Esses eventos refletem a resistência à inclusão e os desafios enfrentados por pessoas trans nos espaços sociais, incluindo o acadêmico (Anderson Ferrari; Carolina S. Bezerra; Roney Castro, 2021).

Relatos como estes ilustram a realidade vivida cotidianamente por pessoas trans. Não destacam apenas os desafios físicos de acessar banheiros, mas também os impactos significativos na saúde mental e bem-estar. A constante preocupação com a segurança ao usar os banheiros públicos pode levar a altos níveis de estresse e outros problemas físicos associados à retenção urinária prolongada (Associação Nacional de Travestis e Transexuais, 2023). Isso reforça a urgência de políticas públicas e práticas institucionais que garantam a segurança e a inclusão das pessoas trans em todos os aspectos da vida pública.

A implementação de banheiros neutros em instituições de ensino superior tem sido apontada como uma prática fundamental para promover a inclusão e a segurança de

peças trans e não binárias. Pesquisas mostram que quase 70% das pessoas trans já enfrentaram assédio verbal em banheiros segregados por gênero, enquanto 10% sofreram agressões físicas. Esses dados destacam a urgência em adotar alternativas mais inclusivas, como banheiros de gênero neutro, que podem reduzir significativamente esses riscos ao oferecer espaços mais seguros e acessíveis (Balzer, Carsten; Hutchins, Lukas, 2023).

No Brasil, algumas universidades têm avançado nessa discussão. A Universidade de Brasília (UnB) implementou banheiros neutros como parte de políticas inclusivas, promovendo o respeito à diversidade e aos direitos humanos (Universidade de Brasília, 2023), assim como foi o objetivo da campanha “Libera meu xixi” da Universidade de Juiz de Fora. Essas são ações que demonstram um benefício direto não apenas às pessoas trans, mas também serve de exemplo para outras instituições, mostrando que mudanças estruturais simples podem ter impacto no bem-estar de indivíduos e na promoção de ambientes mais igualitários. Apesar de avanços iniciais, a sustentabilidade de iniciativas como essas requer apoio institucional contínuo e encontram barreiras por meio de atitudes transfóbicas, como as que a UFJF vivenciou, enfrentando resistências sociais e políticas.

Internacionalmente, universidades como as do sistema da Universidade da Califórnia servem de exemplo ao oferecerem banheiros neutros amplamente acessíveis, integrando essa política ao compromisso de diversidade e inclusão (Tainá Lima, 2020). Tais práticas reforçam a importância de criar espaços físicos que não apenas reconheçam, mas também respeitem a diversidade de gênero, contribuindo para um ambiente acadêmico mais acolhedor e equitativo.

Além disso, os banheiros neutros são projetados para garantir privacidade e segurança. Eles podem variar entre espaços individuais, semelhantes aos banheiros de uso doméstico, ou instalações adaptadas para atender às necessidades coletivas. No entanto, a implementação dessas estruturas enfrenta resistências culturais e sociais, muitas vezes ligadas a preconceitos e falta de informação sobre sua importância para a conclusão e segurança das pessoas trans (Balzer, Carsten; Hutchins, Lukas, 2023).

Essas experiências reforçam a necessidade de políticas públicas e discussões ampliadas que sensibilizem a sociedade para a importância de ambientes mais inclusivos e dignos.

As experiências de mudança e uso de nome no ambiente universitário foi outro tema recorrente nas vivências relatadas pelas pessoas trans, destacando-se como um importante direito, capaz de reduzir os atos transfóbicos e outros constrangimentos no cotidiano. O uso do nome social - aquele pelo qual a pessoa trans se identifica e deseja

ser chamada - aparece como um mecanismo fundamental para assegurar a dignidade e o reconhecimento dessas pessoas no espaço acadêmico. Tal direito pode ser formalizado por meio da alteração do nome civil, através de retificação no registro civil da pessoa. Esse desejo pode ser expresso no seu núcleo social, informalmente, ou formalmente através de alteração de seus documentos. A alteração nestes casos é simplificada se comparado à alteração do nome civil.

Desde 2016, um Decreto presidencial de nº 8.727 tornou obrigatório o direito ao uso do nome social no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. A Universidade Federal de Juiz de Fora regulamentou a medida pela Resolução 24/2019, definindo duas modalidades para o uso do nome social pelos discentes, a quem compete escolher a modalidade mais adequada ao seu interesse. A primeira, através da emissão de documento exclusivamente com o nome social, e a segunda, permitindo a exibição tanto do nome civil quanto do nome social, com destaque para o último.

Apesar de a normatização do uso do nome social representar um avanço no sentido de assegurar a cidadania e o respeito à identidade de gênero, a experiência acadêmica das pessoas trans ainda é marcada por significativos desafios. A falta de cumprimento dos regulamentos por parte de professores e funcionários, além de um clima de resistência e desinformação sobre a importância do nome social, impede a plena inclusão dessas pessoas, dificultando sua permanência na universidade. O ambiente acadêmico, portanto, muitas vezes se torna um espaço de subordinação e marginalização, refletindo as tensões das relações sociais mais amplas, onde a discriminação de gênero, raça e sexualidade persiste.

A experiência vivida pelos estudantes trans entrevistados demonstra tanto avanços quanto desafios. O depoimento de Marun, por exemplo, indica que a mudança de nome foi tranquila e respeitosa, com a adaptação da carteirinha estudantil sem maiores complicações. Tarso, ao solicitar o nome social na central de atendimento, relata uma experiência também positiva, destacando a paciência e a compreensão da equipe no processo de mudança. Elu menciona que, inicialmente, colocou um nome composto em sua carteirinha, mas depois decidiu trocar para se adequar ao provimento que regulamenta a mudança de nome e gênero no registro civil.

Entretanto, Laerte compartilha uma experiência na qual não foi oferecida a opção de escolher entre o nome civil e o social, uma falha no atendimento que foi corrigida posteriormente com a mudança no procedimento. A atitude da atendente que lhe ofereceu

a possibilidade de escolher entre os dois nomes foi recebida como um acolhimento, sinalizando a mudança na postura institucional.

Liniker relata um episódio em que a atendente demonstrou preocupação com sua idade, uma vez que ainda não tinha 18 anos, mas arguiu com o processo de mudança de nome mesmo sem a assinatura dos pais, pessoas resistentes a aceitar sua identidade de gênero, já que Liniker estava prestes a completar 18 anos. Ele considerou essa atitude como positiva e compreensiva, especialmente por se tratar de um assunto sensível como a transexualidade e a mudança de nome.

Contudo, a mudança nas práticas administrativas não é suficiente para a plena inclusão de pessoas trans. Ainda existem práticas discriminatórias que surgem em contextos diversos, como no caso do ensino remoto. Laerte, por exemplo, menciona um caso de exposição do nome civil no Google Sala de Aula, plataforma digital utilizada pela UFJF. Nesse período, os nomes civis de todas as pessoas trans que não haviam feito a retificação de nome apareceram na plataforma. A visibilidade de seu nome civil é relatado por ele como um fator de risco, podendo ser utilizado como ferramenta para a transfobia, expondo a identidade das pessoas de maneira inadequada e hostil.

Ele relata que foi necessária a mobilização das pessoas LGBTQIA+ da comunidade acadêmica para pressionar a universidade a corrigir essa falha e garantir que o sistema parasse de exibir o nome civil. Somente após essa correção Laerte conseguiu mudar o e-mail e outras informações adequando-as à sua identidade de gênero. Ele ressalta a exposição causada pelo sistema, já que todos os estudantes tinham acesso ao nome civil em vez do nome social de seus colegas trans.

(...), aí aparecia o seu nome civil, não aparecia o seu nome social e como isso é uma coisa a que todos os alunos têm acesso isso foi exposto para todo mundo, todo mundo que estava na sua sala de aula conseguiria ver que estava lá o nome civil. (Laerte).

O relato de Tarso também descreve sobre esse problema e relata que houve uma movimentação no Twitter em relação ao uso incorreto dos nomes no contexto da UFJF. Ele menciona que, após discutir o assunto com outros alunos, começaram a enviar e-mails para o órgão responsável pelos registros acadêmicos ou para a central de atendimento, pedindo explicações sobre a situação e expressando a insatisfação com o desrespeito ocorrido. Ele relata que o impacto emocional de testemunhar a falta de respeito foi grande, mas menciona que, embora tardiamente, a universidade resolveu o problema, permitindo que estudantes escolhessem as opções no sistema interno de acordo com seus

nomes reais. Posteriormente, abriram a configuração para que cada discente pudesse fazer a troca manualmente em seus celulares.

O episódio descrito por Laerte e Tarso ilustra a relevância dos Movimentos LGBTQIA+ no enfrentamento aos preconceitos e luta por direitos dessa população, inclusive no contexto universitário. Os discursos evidenciaram resistência às práticas transfóbicas e sublinharam a importância de movimentos organizados para combater essas violências dentro da universidade.

Entretanto, são discursos que também ressaltam a urgência de políticas institucionais consistentes que garantam os direitos a esses estudantes de forma contínua e eficaz. Embora a universidade tenha resolvido o problema, os discursos evidenciam que o impacto emocional e social desta falha foi significativo.

Além dos desafios administrativos, o uso do nome civil por professores nas aulas, como ocorreu com Tarso, é um exemplo da falta de sensibilidade, conscientização e formação do corpo docente sobre a importância do nome social e seu papel na inclusão de pessoas trans no contexto educacional. Tarso relata que seu nome de registro foi usado por professores, mesmo após ter comunicado sua identidade de gênero como pessoa trans. Ele descreve a situação como desconfortável e destaca que preferiria passar despercebido, sem a necessidade constante de ter que justificar sua identidade. Esse tipo de atitude reforça a ideia de que as identidades trans são tidas como secundárias e não recebem o respeito que merecem por aquelas pessoas que deveriam ensinar e serem referências no respeito à diversidade.

Para além das experiências pessoais, é possível afirmar que a implementação efetiva do uso do nome social na educação superior precisa ser vista como uma questão de direitos humanos e cidadania, de modo que a garantia do uso do nome social é um passo crucial para a redução da violência simbólica e transfóbica nas universidades (Lima, 2020, York, 2020).

Para Tarso, esse tipo de atendimento recebido na UFJF é uma questão de sorte, já que, para ele, não há uma política institucional que respalde o respeito à identidade de gênero. Ressalta casos em que professores insistem em práticas transfóbicas, ao tratá-lo pelo nome civil, ignorando o nome social, o que demonstra a falta de sensibilidade e preparo por parte desses profissionais.

(...) mas eu acho que a situação mais incômoda para mim foi dentro de sala de aula, passar um semestre inteiro falando com professor, todo final de aula falando com o professor que eu era uma pessoa trans e o

professor insistentemente me tratar no feminino assim, sabe? Pra mim foi mais desagradável (Tarso).

Outra descrição de episódio por Tarso foi em relação a um funcionário da Coordenação do Restaurante Universitário. Ele relata que esse servidor cometeu um ato transfóbico ao agir de forma desrespeitosa em relação ao uso de seu nome social, chamando-o persistentemente pelo nome civil, desprezando o nome social contido na carteira de estudante emitida pela universidade.

(...) o funcionário olhar meu nome no sistema, ver que eu uso o nome social, pegar meu documento de identidade e mesmo assim me chamar pelo nome do documento de identidade de uma forma bem insistente, sabe? (Tarso)

Episódios como esse são exemplos de desrespeito à identidade de gênero e ao direito de usar o nome social, refletindo a transfobia e o desrespeito e falta de preparo de parte dos servidores na universidade.

São esses episódios que evidenciam a necessidade e importância de a universidade proporcionar capacitação a servidores, trabalhadores terceirizados ou vinculados a empresas prestadoras de serviços, de forma que esses profissionais estejam mais bem orientados e preparados para atender com qualidade e respeito à comunidade LGBTQIA+ e, especialmente, às pessoas trans.

Dessa forma, nota-se a necessidade de implementação de novas políticas públicas e ações de gestão na universidade, com o intuito de preparar os servidores para um atendimento mais adequado. Principalmente, os voltados para pessoas trans, que possuem particularidades como o nome social e o pronome de tratamento negligenciados pela sociedade como um todo. A universidade deveria ser um ambiente seguro para estudantes, não apenas seguro em termos de espaço físico, mas seguro em relação a se expressar e ser respeitado. O medo da violência – física, verbal, psicológica – impede, muitas vezes, pessoas trans de buscarem seus direitos, de se comunicarem no espaço acadêmico. O medo inibe e afasta, podendo tornar a evasão acadêmica algo real e com grandes proporções.

Quando Tarso afirma que o tipo de atendimento que uma pessoa trans terá é uma questão de sorte, indica que nem todos os lugares ou profissionais são igualmente sensíveis ou respeitosos em relação às questões que podem surgir em torno da identidade de gênero.

Essa análise destaca a importância de promover um ambiente inclusivo, em todas as instituições, garantir que profissionais estejam preparados para lidar com as necessidades e realidades das pessoas trans ou não conformes com o gênero binário. O objetivo é criar um ambiente em que todos possam estudar, sem enfrentar discriminação ou constrangimento relacionados à sua identidade de gênero.

(...) o tipo de atendimento que você vai ter é questão de sorte, sabe? Infelizmente é questão de sorte, existem alguns institutos que vão ser mais tranquilos, que nem não vão te perguntar nada, que você vai passar despercebido, (...) tem horas que você dá sorte de encontrar um professor que não vai nem tocar no assunto com você, porque às vezes acontece de você ser colocado como referência assim sabe, de alguma coisa, isso é um pouco incômodo às vezes, porque você realmente só quer ficar ali tranquilo, quietinho, estudando de boas (Tarso).

Outros relatos, como o de Laerte, destaca a importância de ter professores que se posicionem e sejam aliados de pessoas trans. Elu relata um exemplo positivo, com uma professora, com quem se sentia confortável, para se posicionar e discutir questões relacionadas à identidade de gênero. Essa professora demonstrou disposição para aprender e ouvir, sem demonstrar medo ou desconforto ao abordar tópicos relacionados à vivência trans. Laerte destaca a importância de ter um ambiente seguro em sala de aula:

(...) porque eu sabia que não só ela iria me respeitar, como se tivesse alguma situação de desrespeito dentro de sala de aula, ela iria se posicionar ao meu favor e isso era muito importante, porque você estar numa sala de 80 alunos e o professor não fazer nada [para me defender], né? (Laerte)

De outro modo, Duda destaca suas experiências negativas ao enfrentar ataques transfóbicos verbais e agressões relacionadas à sua identidade de gênero, que refletiram em dificuldades para acessar estágios e bolsas acadêmicas.

Duda menciona que alunos da universidade muitas vezes acreditam que a afirmação de gênero precisa ser feita de forma agressiva, o que afeta negativamente a realidade e o bem-estar dos indivíduos trans. Elu destaca que as pessoas trans desejam apenas paz e a oportunidade de viver suas vidas normalmente.

Fui atacado verbalmente algumas vezes na UFJF, onde seus alunos por muitas vezes, acreditam ou vivem a realidade que a afirmação de gênero preciso ser feita e pior ainda, ser feita de modo agressivo a ponto de chocar a realidade do próximo, sendo que por muitas vezes, o ser

humano não cis gênero quer apenas paz e viver o seu “mundinho” normalmente. Tirando olhares estranhos de professores que acabam por trazer uma menor oportunidade/possibilidade em conseguir estágios, bolsas acadêmicas, iniciação artística (meu caso) etc... (Duda)

Além disso, Duda menciona olhares estranhos de professores, demonstrando desconforto ou repúdio dos mesmos para com pessoas trans, que podem resultar em menor acesso a oportunidades como estágios, bolsas acadêmicas e iniciação científica para esses discentes. Essas atitudes dos professores podem afetar a vida acadêmica e profissional de Duda, limitando suas chances de crescimento e desenvolvimento.

Esses relatos destacam desafios enfrentados por pessoas trans na universidade, como o uso incorreto dos nomes, a falta de compreensão por parte de alguns professores e a necessidade de se posicionar e se defender em um ambiente de aprendizado. Ao mesmo tempo, também mostram exemplos positivos de professores que se esforçam para compreender, respeitar e apoiar discentes trans, criando um ambiente mais inclusivo e seguro.

Essas experiências evidenciam a existência de preconceito e discriminação dentro do ambiente universitário, que afetam diretamente a vivência e as oportunidades das pessoas trans. Essas situações, também, ressaltam a importância de promover um ambiente inclusivo e seguro nas instituições de ensino, onde todos os estudantes tenham igualdade de oportunidades e se sintam respeitados em sua identidade de gênero.

Com base nas entrevistas realizadas, pessoas trans relataram sobre as suas experiências e problemas mais frequentemente enfrentados em diferentes contextos acadêmicos dentro da UFJF. As suas vivências foram marcadas por diversas dificuldades. De modo geral, a universidade se mostrou como um espaço ainda permeado por transfobia e heteronormatividade geradores de conflitos e sentimentos de não pertencimento por essas pessoas ouvidas. Entretanto, o ambiente universitário também se apresentou como um espaço de liberdade e autodeterminação, em especial com os pares.

Considerações Finais

Ao se analisar as vivências de pessoas trans na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) revelou-se um panorama complexo de inclusão e desafios enfrentados por essa comunidade no ambiente universitário. Pelas entrevistas realizadas, nota-se que, embora tenham sido adotadas políticas de inclusão e reconhecimento do nome social, a

aplicação prática dessas políticas é inconsistente e muitas vezes depende da disposição individual de servidores. A falta de informação e orientação adequada para estudantes transgênero, bem como a ausência de campanhas informativas, dificultam o acesso a direitos fundamentais, como o uso do nome social em todos os documentos institucionais e a utilização segura de banheiros.

Além disso, as narrativas das pessoas entrevistadas revelam a existência de práticas discriminatórias, como a insistência em utilizar o nome de registro ou a falta de infraestrutura adequada para garantir o uso e a segurança em banheiros. Esses problemas revelam uma lacuna significativa entre o discurso inclusivo e as práticas cotidianas das instituições. A persistência de tais problemas demonstra a necessidade de políticas institucionais mais robustas que não apenas garantam direitos, mas também promovam uma cultura de respeito e dignidade para todas as pessoas.

Os dados analisados sugerem que a universidade, embora se apresente como um espaço de inclusão e mobilidade social, ainda reflete as desigualdades e o conservadorismo da sociedade mais ampla. É possível que as vulnerabilidades no acolhimento, tratamento e respeito aos discentes trans levantadas na pesquisa estejam presentes em outras universidades. Portanto, é essencial que as universidades federais, particularmente a UFJF, avancem em suas políticas de inclusão para não apenas reconhecer, mas também valorizar a diversidade de seus corpos discentes e docentes. Novas pesquisas são necessárias para explorar mais profundamente as experiências de pessoas trans nas universidades e no mercado de trabalho, com o objetivo de promover uma sociedade mais justa e igualitária.

As experiências relatadas evidenciam a necessidade de uma abordagem institucional sistemática, abrangente e continuada que seja capaz de resolver os problemas narrados pelas pessoas trans entrevistadas. Cabe salientar que as pessoas trans têm opiniões diferentes sobre como deveriam ser suas vivências institucionais nas universidades. Por exemplo, enquanto Tarso, nosso entrevistado, pessoa pertencente ao espectro autista, deseja passar despercebido na universidade, ficando “tranquilo, quietinho, estudando de boas”, a professora e pesquisadora da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), Danieli Christovão Balbi, mais conhecida como Dani Balbi, que atualmente exerce mandato de deputada estadual na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, defende ideia diferente.

Para ela, as universidades não devem constranger as pessoas trans a recalcar suas diferenças e, pela passabilidade, serem percebidas como iguais às pessoas

cisheteronormativas (Balbi, 2021). Isso porque, para Balbi (2021), deve-se valorizar as diferenças, visto que mulheres e homens trans possuem identidades, histórias e vivências de luta social distintas de mulheres e homens cis para conseguirem, normalmente a um elevado custo e enfrentando significativas adversidades, acessar e permanecer em espaços socialmente privilegiados. Dessa forma, as pessoas trans, na percepção de Balbi (2021), devem ganhar visibilidade nas universidades, sendo valorizadas e legitimadas como são, servindo de referência, inclusive, para que outras pessoas trans se sintam motivadas a ingressar nas universidades, não apenas como discentes, mas como docentes capazes de auxiliar na promoção das transformações que desejamos para as instituições de ensino.

Ante o exposto acima, com base nas narrativas discursivas das pessoas entrevistadas, apresentamos algumas recomendações que podem resultar em vivências institucionais mais inclusivas e respeitadas para a maioria de discentes trans da UFJF. Embora nossa pesquisa tenha sido direcionada para a UFJF, pensamos que as recomendações apresentadas podem ser úteis a outras instituições de ensino superior.

Em primeiro lugar, acolhemos a sugestão de Balbi (2021) de que as universidades deveriam estabelecer fóruns permanentes de discussão de gênero, com atenção especial às pessoas trans, de forma que tais fóruns pudessem se constituir em importantes canais de comunicação, troca de experiências e escuta, capazes de instrumentalizar a gestão universitária com informações e demandas a serem atendidas nas suas ações de gestão.

Ainda inspirados em Balbi (2021), defendemos que as universidades criem mais projetos extensionistas direcionados às pessoas trans, estreitando o laço social com esse público, tornando essas instituições mais conhecidas e atrativas para as mesmas, de forma que, ao longo do tempo, tenhamos mais pessoas trans se graduando em cursos de nível superior e tendo a possibilidade de construir um futuro profissional diferente daquele que têm sido mais comum às pessoas trans e travestis vulnerabilizadas pela sociedade.

É igualmente importante que a UFJF e demais universidades instituem cotas direcionadas às pessoas trans, favorecendo o acesso das mesmas aos seus cursos de graduação. Tal medida é essencial para que se aumente o número de estudantes trans matriculados nas universidades. No entanto, não basta facilitar o acesso. É imprescindível atuar para a permanência dos estudantes nas universidades, visto que os seus índices de evasão são significativos. Entre as medidas que favorecem a permanência estão a oferta de bolsas auxílio, auxílio alimentação, oferta de moradia estudantil ou bolsa moradia, bolsas de iniciação científica, de iniciação artística, de extensão, bem como projetos que auxiliem tais estudantes a conseguirem estágios remunerados nas suas áreas de formação,

visto que muitos deles encontram resistência na sua aceitação nas organizações e instituições do mercado de trabalho.

As recomendações incluem a capacitação contínua de docentes e funcionários para lidar com questões de identidade de gênero, visto que os relatos evidenciaram que nem todos os profissionais tratam estudantes trans com o devido respeito, seja no quesito da cordialidade ou no atendimento de seus direitos. Para tal, recomendamos que a Diretoria de Ações Afirmativas (DIAF) da UFJF tenha uma atuação mais proativa, tomando para si a responsabilidade em promover não apenas o fórum permanente já indicado, mas as capacitações devidas dos servidores e prestadores de serviço, de forma que todas as áreas da universidade prestem atendimentos e serviços de qualidade aos discentes trans.

Os relatos também evidenciaram a necessidade de instruir a categoria discente quanto às questões relacionadas às diferentes identidades de gênero, a valorização da diversidade e da inclusão social. Para tal, recomendamos que a UFJF, sob a orientação da DIAF, promova a oferta de disciplina especializada nessas temáticas em todos os currículos de seus cursos de graduação, cumprindo seu papel na formação crítica e social de seus estudantes, independentemente da área de formação.

Cabe salientar que nenhum dos entrevistados e entrevistadas, no ato de suas matrículas, recebeu espontaneamente das universidades informações e materiais de publicidade, impressos ou digitais, que lhes orientassem quanto aos seus direitos enquanto pessoas trans, evidenciando ausência de política institucional de comunicação voltada a este público. Assim, recomendamos que a UFJF crie uma cartilha informativa a ser distribuída aos discentes aprovados nos processos seletivos e convocados para a matrícula, de forma que estejam antecipadamente informados de seus direitos e deveres, especialmente as pessoas trans.

Sobre o uso do nome social, restou evidenciada a necessidade de mecanismos institucionais que orientem os docentes a realizarem a impressão de novas listagens de chamadas nos casos em que as alterações de nomes (do nome morto para o nome social) ocorram com o semestre letivo em andamento, evitando situações constrangedoras para os discentes impactados.

O uso dos banheiros se mostrou um grave problema institucional na UFJF. Os discentes, em geral, o têm como um espaço de grande risco de violência e, por isso, tem muito receio em utilizá-los. Em especial, aqueles relativos ao gênero com que mais se identificam. Recomenda-se que a UFJF retome a campanha institucional “Libere o meu

xixi”, com ampla divulgação e orientação, para que as pessoas trans possam utilizar, em segurança, os banheiros relativos ao gênero de sua identificação.

Em resumo, o estudo destaca a urgência de ações afirmativas concretas e sustentáveis que assegurem a plena inclusão e respeito às pessoas trans na universidade, criando um ambiente acadêmico verdadeiramente acolhedor e inclusivo. A continuidade desse debate e a implementação de medidas eficazes são fundamentais para o avanço científico e social, reafirmando o compromisso das instituições de ensino superior com a igualdade e a justiça social.

Referências

ANDRADE, Luma Nogueira de. *Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa*. 279 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. *V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES - 2018*. BRASIL: ANDIFES, 2019. Disponível em: <<https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>>. Acesso em 26 jul. 2024.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. *Nota técnica sobre direitos humano e o direito dos banheiros: vendendo a narrativa do apartheid de gênero que impede as pessoas transgêneras do acesso à cidadania no uso dos banheiros e demais espaços segregados por gênero “ Resistir para existir, Existir para reagir”*. Brasil: ANTRA, 2023. Disponível em: <<https://antrabrasil.org/>>. Acesso em: 25 jun. 2024.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. *Dossiê Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021*. Brasil: ANTRA, 2022. Disponível em: <<https://antrabrasil.org/assassinatos/>>. Acesso em: 28 mar. 2023.

BALBI, Dani. *Como eu espero que a universidade me veja: gênero, sexualidade e inclusão*. [S.l.]: TEDx Talks, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tPXuVkp9NPA>. Acesso em: 21 nov. 2024.

BALBI, Dani. *Visibilidade Trans: luta por direitos e pela vida*. TV Grabois, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Pu7wMVXWpRs>. Acesso em: 15 dez. 2024.

BALZER, Carsten; HUTCHINS, Lukas. *Transrespect versus Transphobia Worldwide: A Comparative Review of the Human-rights Situation of Gender-variant/Trans People*. Berlin: Transgender Europe, 2023. Disponível em: <https://transrespect.org>. Acesso em: 1 dez. 2024.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (Org.). *Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais no brasil em 2018*. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, IBTE, 2019. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2019/12/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contrapessoas-trans-em-2018.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2024.

BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *Os herdeiros: os estudantes e a cultura*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

FARIAS, Erika. Um (longo) caminho para a saúde universal. *Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 87, (jan./fev. 2023), p. 12-17, jan. 2023. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/um-longo-caminho-para-a-saude-universal>. Acesso em: 23 jul. 2024.

FERRARI, Anderson; BEZERRA, Carolina dos Santos; CASTRO, Roney Polato de. Tensões e enfrentamentos na campanha “Libera meu xixi” e a presença de pessoas trans na universidade. *Revista Diversidade e Educação*, Rio Grande, v. 8, n. 2, p. 21-45, 2021.

GARCIA, Marcos Roberto Vieira. Homofobia e heterossexismo nas escolas: discussão da produção científica no Brasil e no mundo. In: *IX Congresso Nacional de Psicologia escolar e educacional*, Anais. São Paulo, 2009. P. 1-15. Disponível em: https://scholar.google.com.br/citations?view_op=view_citation&hl=pt-BR&user=KXN0g4wAAAAJ&citation_for_view=KXN0g4wAAAAJ:2osOgNQ5qMEC. Acesso em: 23 mai. 2024.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. 14ª ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

GONÇALVES, Alexandre Oviedo Gonçalves. Religião, política e direitos sexuais: controvérsias públicas em torno da “cura gay”. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 2, p. 175-199, 2019.

GUIZZO, Bianca; FELIPE, Jane. Avanços e retrocessos em políticas públicas contemporâneas relacionadas a gênero e sexualidade: Entrelaces com a educação. In: *Reunião Nacional da ANPED, 37.*, Anais. Florianópolis/SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 2015. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/biblioteca/item/avancos-e-retrocessos-em-politicas-publicas-contemporaneas-relacionadas-genero-e>>. Acesso em: 23 mai. 2024.

JESUS, Jaqueline Gomes de. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. Guia técnico sobre pessoas intersexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião*, 2ª ed. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.diversidadesexual.com.br/wp-> Acesso em: 22 mar. 2024.

JESUS, Jaqueline Gomes de. *Homofobia: identificar e prevenir*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.

JESUS, Jaqueline Gomes de. *Transfeminismo: Teoria e prática*. São Paulo: Polén, 2015.

KENNEDY, Natasha. Crianças Transgênero: mais do que um desafio teórico. *Revista do programa de pós-graduação em ciências da TFRN*, v. 11, n. 2, 2010.

LAU, Heliton Diego. O uso da linguagem neutra como visibilidade e inclusão para pessoas trans não- binárias na língua portuguesa: a voz “del@s” ou “delxs”? Não! A voz “delus”! In: *Simpósio Internacional em Educação Sexual*, 5., 2017, Maringá. Anais. Maringá: Núcleo de Estudos e Pesquisas em Diversidade Sexual, 2017.

LIMA, Tainá. Educação básica e o acesso de transexuais e travestis à educação superior. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, 2020.

LOURO, Guacira. O corpo educado. *Pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

MACHADO, Mariana Silva; MARQUES, Mariana Duarte Martins; FREITAS, Rafael José Silva. Percepção e vivência de identidade de gênero na universidade: trajetórias e desafios. *Acta Paulista de Enfermagem*, São Paulo, v. 35, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.37689/acta-ape/2022AO019666>. Acesso em: 26 nov. 2024.

MATIAS-PEREIRA, José. Manual de Metodologia da Pesquisa Científica. São Paulo: Atlas, 2019.

MATTOS, Pedro Lincoln C. L. “Os resultados desta pesquisa (qualitativa) não podem ser generalizados”: pondo os pingos nos is de tal ressalva. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 9, n. Ed. Especial, art. 1, p. 450-468, 2011.

MICHEL, Maria H. *Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais*, 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MIRANDA, Shirley Aparecida de. *Diversidade e ações afirmativas: combatendo as desigualdades sociais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

PEDRA, Benevides Caio. *Cidadania trans: o acesso à cidadania por travestis e transexuais no Brasil*, 1ª ed. Curitiba: Appris, 2020.

SANTOS, Cláudia Benedita; Fernanda Karla Nascimento; Roberta Alvarenga Reis; Alexandre Saadeh; Fran Demétrio; Ivaneide Leal Ataíde Rodrigues; Sueli Aparecida Frari Galera. Crianças e adolescentes transgêneros brasileiros: atributos associados à qualidade de vida. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas e Comportamentais*, v. 2, n. 1, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/219265>. Acesso em: 26 nov. 2024.

SCOTE, Fausto Delphino.; GARCIA, Marcos Roberto Vieira. Trans-formando a universidade: um estudo sobre o acesso e a permanência de pessoas trans no ensino superior. *Perspectiva*, v. 38, n. 2, p. 1–25, 2020.

SOUSA, Anderson Reis; OLIVEIRA, Josias Alves de; ALMEIDA, Marcio Soares de; PEREIRA, Álvaro; ALMEIDA, Éric Santos; & ESCOBAR, Oscar Javier Vergara. (2021). Implementação da política nacional de atenção integral à saúde do homem: desafios vivenciados por enfermeiras. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 55, e03759. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s1980-220x2020023603759>>. Acesso em 18 de mai 2024.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Adota banheiro sem gênero em câmpus*. Correio Braziliense, 23 jun. 2023. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br>. Acesso em: 1 dez. 2024.

VAN DIJK, Teun Adrianus. *Discurso e poder*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.

VAN DIJK, Teun Adrianus. *Cognição, discurso e interação*. São Paulo: Contexto, 2013.

VERGUEIRO, Viviane. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. 244 f. Tese (Mestrado no Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

YORK, Sara Wagner. *Tia, você é homem? Trans da / na educação: Des (a)fiando e ocupando os "cis temas" de Pós-Graduação*. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 26 nov. 2024.

Recebido em outubro de 2024.

Aprovado em novembro de 2024.